

EMPRESAS E BANCOS TÊM ATÉ SEXTA PARA ENVIAR COMPROVANTES PARA O IRPF

Empresas e bancos têm até sexta para enviar comprovantes para o IRPF

As empresas e as instituições financeiras têm até o fim desta semana para mandarem aos contribuintes os dados para o Imposto de Renda Pessoa Física 2025 (IRPF). Acaba na sexta-feira (28) o prazo de envio dos informes de rendimentos relativos ao ano passado. Os informes são usados para o preenchimento da declaração do IRPF, cuja entrega está prevista para começar em 17 de março.

Em relação aos comprovantes de rendimentos, os dados não precisam ser enviados pelos Correios. As empresas e as instituições financeiras podem mandar os dados por e-mail, divulgar links para serem baixados na internet ou fazer a divulgação em aplicativos para dispositivos móveis. No caso dos servidores públicos federais, o informe de rendimentos pode ser obtido no site ou no aplicativo SouGov.br.

Os documentos de rendimento servem para a Receita Federal cruzar informações e verificar se o contribuinte



preenheu os dados errados ou sonhegu imposto. Os comprovantes fornecidos pelos empregadores devem conter os valores recebidos pelos contribuintes no ano anterior, assim como detalhar os valores descontados para a Previdência Social e o Imposto de Renda recolhido na fonte. Contribuições para a Previdência Complementar da empresa e aportes para o plano de saúde coletivo devem ser informados, caso existam.

Comprovantes na internet
Os aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) podem pegar os comprovantes na internet. O documento está disponível na página Meu INSS ou no aplicativo de mesmo nome disponível para os sistemas Android e iOS. O segurado deve digitar a mesma senha para consultar os demais extratos. Caso não tenha senha, basta seguir os passos informados pelo site.

Planos de saúde individuais e fundos de pensão também são obrigados a fornecer os comprovantes, cujos dados serão usados para o contribuinte deduzir os valores cobrados no Imposto de Renda. Os bancos e corretoras devem informar os valores de todas as contas correntes e de todos os investimentos. Caso o contribuinte tenha conta em mais de uma instituição, deve obter os comprovantes de todas elas.

Novo prazo
Desde 2023, o prazo de entrega da declaração do Imposto de Renda mudou. O documento poderá ser enviado de 15 de março a 31 de maio, ou nos dias úteis mais próximos a essas datas. De acordo com a Receita, a mudança foi necessária para que todos os contribuintes tenham acesso à declaração pré-preenchida do Imposto de Renda no primeiro dia de entrega.
Segundo a Receita Fed-

eral, como a maioria das informações oferecidas na declaração pré-preenchida só chega à Receita Federal no fim de fevereiro, o Fisco precisa de um prazo para consolidar os dados. Por causa disso, o formulário pré-preenchido, que proporciona mais comodidade e diminui a chance de erros pelo contribuinte, só é fornecido na metade de março.

Atraso e erros
Caso o contribuinte não receba os informes no prazo, deve procurar o setor de recursos humanos da empresa ou o gerente da instituição financeira. Se o atraso persistir, a Receita Federal pode ser acionada. Em caso de erros ou divergência de dados, é necessário pedir um novo documento corrigido.

Se não receber os dados corretos antes do fim de maio, dia final de entrega da declaração, o contribuinte não precisa perder o prazo e ser multado. É possível enviar uma versão preliminar da declaração e depois fazer uma declaração retificadora.

PEC CONTRA ESCALA 6x1 É PROTOCOLADA NA CÂMARA COM 234 ASSINATURAS



A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que acaba com a escala de seis dias de trabalho por um de folga (6x1) foi protocolada na Câmara dos Deputados nesta terça-feira (25), com 234 assinaturas. Foram 63 assinaturas a mais que o necessário para ingressar com uma proposta de emenda constitucional.

A PEC estabelece uma semana de quatro dias de trabalho. A deputada federal Erika Hilton (PSOL-RJ), que lidera a

articulação pela PEC na Casa, afirmou que foram meses de conversas com parlamentares e mobilizações para se chegar a este momento de registrar a proposta na Câmara.

Em coletiva à imprensa nesta terça, a deputada disse que essa escala é considerada obsoleta.

“Já há apontamentos políticos e econômicos mostrando que há sim possibilidade de reorganizarmos essa jornada de trabalho, como foi feito em outros lugares no mundo, aplicando à

nossa realidade”, argumentou.

A parlamentar disse que pretende se reunir com o presidente da Câmara, deputado Hugo Motta (Republicanos-PB) após o carnaval para conversar sobre o tema e entregar um abaixo-assinado que já conta com quase 3 milhões de assinaturas pedindo o fim da escala 6x1.

“Agora resta saber se o Congresso Nacional terá interesse político e responsabilidade com a vida dos trabalhadores e trabalhadoras brasileiros e se

dará a atenção necessária para que esse texto ganhe um relator, para que a comissão especial seja instalada e para que a gente tenha condições de fazer esse debate como deve ser feito”, disse Erika.

Ela garantiu que a PEC conta com o apoio de diversos partidos, inclusive de centro e de direita. “Isso desmonta a ideia de que só a esquerda está se empenhando nessa discussão. Acho que os únicos que não estão empenhados nesse debate é a extrema-direita”. Ela contou que a proposta havia recebido a assinatura de dois deputados do PL, mas, por orientação do partido, o apoio foi retirado.

A PEC altera o inciso XII do artigo 7º da Constituição brasileira, que passaria a vigorar com a seguinte redação: “duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e trinta e seis horas semanais, com jornada de trabalho de quatro dias por semana, facultada a compensação de horários e a redução de jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho”.

O debate para redução da jornada de trabalho vem ganhando força a partir do Movimento Vida Além do Trabalho (VAT),

fundado pelo vereador carioca Rick Azevedo (Psol), e que tem mobilizado manifestações e atos pelo fim da escala 6x1.

“O mercado chora a ‘falta de mão de obra’, mas não quer admitir o óbvio: o povo cansou de ser burro de carga. A escala 6x1 destrói a saúde, rouba o tempo de vida e paga mal. Ninguém quer adoecer para enriquecer patrão”, afirmou Azevedo em uma rede social.

O vereador chamou a população para fazer um protesto durante o feriado de 1º de maio pedindo a mudança na escala de trabalho. “No dia 2 de maio fique em casa em protesto a essa escala escravocrata. Estou muito feliz por esse protocolo de hoje, mas muita luta ainda está por vir”.

Para uma PEC ser aprovada na Câmara, são necessários os votos de, no mínimo, 308 dos 513 deputados e deputadas, em dois turnos de votação. A medida tem dividido opiniões, tanto no meio patronal, quanto sindical.

Para os críticos, a medida levaria ao aumento dos custos operacionais das empresas, segundo defendeu a entidade patronal Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços

e Turismo (CNC).

Na coletiva de hoje, o deputado Guilherme Boulos (PSOL-SP) disse que vai pedir o apoio do governo para conseguir os votos necessários para aprovar a PEC no Congresso. O líder do governo na Câmara, deputado José Guimarães (PT-CE) garantiu que vai se empenhar nas articulações dentro e fora do plenário para aprovar a proposta.

Outras propostas
Ao menos outras duas PECs tratam da redução de jornada no Congresso Nacional, mas não acabam com a jornada 6 por 1, que é a principal demanda do VAT.

Apresentada em 2019 pelo deputado Reginaldo Lopes (PT-MG), a PEC 221/2019 propõe uma redução, em um prazo de dez anos, de 44 horas semanais por 36 horas semanais de trabalho sem redução de salário.

A PEC 221 aguarda a designação do relator na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara (CCJ). Existe ainda a possibilidade que a PEC protocolada nesta terça-feira pela deputada Erika Hilton seja pensada à proposta do deputado Reginaldo Lopes.

CBF DEFINE TABELA DA SUPERCOPA FEMININA, QUE ABRE A TEMPORADA 2025

Sport e São Paulo serão as primeiras equipes a se enfrentarem na Supercopa feminina de futebol, competição que abre o calendário oficial da temporada 2025. A CBF divulgou nesta terça-feira (25) a tabela detalha do torneio que reúne os times mais bem colocados em cada estado na primeira divisão (Série A1) do Campeonato Brasileiro 2024 (Corinthians, Flamengo, Cruzeiro, Grêmio e Real Brasília-DF) e outros três times mais bem posicionados na Série A2 (Bahia, Sport e São Paulo).

As partidas únicas (eliminatórias) começam em 7 de

março (uma sexta-feira) e a decisão do título ocorrerá em 16 de março (um domingo). Os confrontos já haviam sido sorteados pela CBF no último dia 12.

No primeiro dos quatro jogos mata-mata, o Sport recebe o São Paulo na Ilha do Retiro, em Recife, em 7 de março, às 21h30 (horário de Brasília). No sábado (8), o Bahia joga em casa contra o Cruzeiro, às 19h, no Estádio Alberto Oliveira, na cidade de Feira de Santana. No domingo (9), serão mais dois jogos, ambos às 16h: o Grêmio recebe o atual tricampeão Corinthians na Arena, em Porto Alegre, e o Real

Brasília encara o Flamengo em casa, no Estádio Valmir Campelo Bezerra, no Gama (DF).

De acordo com o regulamento da Supercopa, os vencedores avançam às semifinais. Em caso de empate, a classificação será definida em cobrança de pênaltis.

O Corinthians é o maior campeão do torneio, criado em 2022. As Brabas do Timão somam três títulos: levantaram a taça na primeira ao derrotarem o Grêmio; no ano seguinte superaram o Flamengo, e conquistaram o tricampeonato no ano passado ao baterem o Cruzeiro na final.



GOVERNO ANUNCIA VACINA 100% NACIONAL CONTRA A DENGUE NO SUS EM 2026



O presidente Luiz Inácio Lula da Silva e a ministra da Saúde, Nísia Trindade, anunciaram nesta terça-feira (25), em Brasília, a produção – em larga escala – da primeira vacina 100% nacional e de dose única contra a dengue.

A previsão é que, a partir de 2026, sejam ofertadas 60 milhões de doses anuais, com possibilidade de ampliação do quantitativo conforme demanda e capacidade produtiva.

“A gente espera, em dois anos, poder vacinar toda a população elegível [de 2 a 59 anos]”, disse a ministra, durante cerimônia no Palácio do Planalto.

“Por enquanto, os idosos ainda não poderão tomar a vacina porque, quando as vacinas são testadas, há sempre um cuidado com a população idosa”, explicou Nísia, ao se referir às

fases de testes clínicos de imunizantes.

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) ainda avalia o pedido de registro do imunizante, feito pelo Instituto Butantan em dezembro de 2024. Há cerca de duas semanas, a agência solicitou mais informações e dados complementares sobre a vacina e informou que foi concluída, de forma antecipada, a análise de dados de qualidade, segurança e eficácia apresentados.

Produção em larga escala Segundo o governo federal, a partir de uma parceria entre o Instituto Butantan e a empresa WuXi Biologics, a produção em larga escala da vacina 100% nacional e de dose única contra a dengue se dará por meio do Programa de Desenvolvimento e Inovação Local do Ministério da Saúde, já aprovado e em

fase final de desenvolvimento tecnológico.

Sob a coordenação do ministério, por meio do Complexo Econômico-Industrial da Saúde, o projeto contou, ainda, com o apoio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) no financiamento da pesquisa clínica.

“O Ministério da Saúde entrará com o poder de compra”, destacou a ministra, ao citar a visita de uma equipe da pasta à China para “assumir o compromisso que, de fato, haverá essa compra pelo governo federal”.

“Com isso, teremos a possibilidade de vacinar a população brasileira dentro da faixa que foi recomendada pela Anvisa para a dengue, um fato único no mundo até agora”, acrescentou.

O investimento, segundo Nísia, é de R\$ 1,26 bilhão.

Também estão previstos R\$ 68 milhões em estudos clínicos para ampliar a faixa etária a ser imunizada e incluir idosos, além de avaliar a coadministração da dose contra a dengue com a vacina contra o Chikungunya, também desenvolvida pelo Instituto Butantan.

Prevenção

Ainda de acordo com o governo federal, a vacina segue como prioridade no enfrentamento à dengue no país. Entretanto, até que a vacinação em massa aconteça, a orientação é manter o reforço de ações de prevenção, vigilância e preparação da rede de assistência, visando evitar mortes.

Dados do Pannel de Monitoramento das Arboviroses indicam que, em 2025, o Brasil registra 401.408 casos prováveis de dengue e 160 óbitos confirmados pela doença, além de 387 em investigação. O coeficiente de incidência, neste momento, é de 188,8 casos para cada 100 mil habitantes.

Insulina Glargina

O governo federal também anunciou, em Brasília, a fabricação nacional da insulina Glargina como parte do Programa de Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo (PDP), do Ministério da Saúde. O projeto envolve a produção nacional do insumo farmacêutico ativo (IFA) pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e a ampliação da fabricação do produto final pela Biommm, empresa que recebeu o registro para a produção de insulina Glargina.

“A produção do IFA será realizada na planta da Fiocruz em Eusébio, no Ceará, fortalecendo

o Complexo Econômico-Industrial da Saúde (CEIS) e incentivando o desenvolvimento regional. Esta será a primeira planta produtiva de IFA de insulina da América Latina, assegurando ao Brasil uma cadeia produtiva completa para o abastecimento do SUS”, destacou o Ministério da Saúde, em nota.

A previsão é que a produção de insulina da Biommm possa atingir 70 milhões de unidades anuais ao final do projeto. O primeiro fornecimento dessa parceria ao SUS está previsto para o segundo semestre de 2025.

Vírus sincicial respiratório

Outro anúncio trata de uma parceria entre o Instituto Butantan e a Pfizer que vai permitir a produção de até 8 milhões de doses anuais da vacina contra o Vírus Sincicial Respiratório (VSR) no Brasil, atendendo à demanda atual do SUS e possibilitando a ampliação do público-alvo, incluindo a população idosa. O investimento total é de R\$ 1,26 bilhão entre 2023 a 2027.

O ministério estima que, por meio da imunização, serão evitadas 28 mil internações anuais causadas por complicações do VSR. O primeiro fornecimento da vacina para o SUS está previsto para o segundo semestre de 2025. A estratégia adotada pelo ministério inclui ainda a negociação de preços com os produtores, a incorporação de anticorpos contra o vírus para bebês prematuros e a oferta da vacina para gestantes.

Influenza

O governo federal informou que as parcerias firmadas

também vão garantir inovação e acesso à vacina Influenza H5N8, “colocando o Brasil na vanguarda global para apresentar uma resposta rápida e eficaz a futuras emergências”.

Fica garantida a composição de estoque estratégico, fortalecendo a preparação e a aceleração da capacidade de produção e inovação do país, permitindo ajustes rápidos na formulação da vacina conforme a evolução do patógeno; e a capacidade produtiva disponível para a produção e fornecimento de mais de 30 milhões de doses/ano.

Em discurso no evento, o vice-presidente da República e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, destacou as iniciativas e investimentos do governo federal no setor industrial da saúde. As ações anunciadas estão alinhadas à estratégia da Nova Indústria Brasil (NIB), que é a política de governo para atração de investimentos para o desenvolvimento da indústria nacional.

Segundo Alckmin, o setor da saúde foi o que mais tirou recurso para inovação. “O presidente Lula fez a depreciação acelerada para renovar parque industrial, trocar máquinas e equipamentos. O presidente Lula fez TR [taxa referencial] para pesquisa, desenvolvimento e inovação, é juro real zero; R\$ 80 bilhões do BNDES, Finep, Embrapii e ainda recursos, às vezes, não reembolsáveis, dependendo do tipo de pesquisa”, destacou o vice-presidente.

PÉ-DE-MEIA CHEGA PARA QUEM SE FORMOU NO ENSINO MEDIO EM 2024



O aguardado programa “Pé de Meia” chegou hoje, inaugurando uma nova etapa de apoio aos jovens que concluíram o ensino médio em 2024. A iniciativa, que tem gerado grande expectativa entre formandos e suas famílias, visa oferecer uma ajuda financeira ou incentivo que possa contribuir para a transição dos estudantes para a próxima fase de suas vidas, seja ingressando no ensino superior ou iniciando sua carreira profissional.

O que é o Programa “Pé de Meia”?

O “Pé de Meia” foi concebido como uma forma de apoio aos recém-formados, funcionando como um incentivo que pode representar o primeiro “pequeno investimento” para a construção de uma reserva financeira ou para cobrir despesas iniciais de estudos e outros projetos pessoais. A ideia é proporcionar um alívio financeiro para que esses jovens possam enfrentar os desafios do início da vida adulta com mais segurança e planejamento. Quem tem direito?

De acordo com as informações divulgadas pelo In-Finity News, o programa é destinado a:

Estudantes que se formaram no ensino médio em 2024: A iniciativa abrange tanto os alunos da

rede pública quanto os da rede privada, desde que cumpram os critérios de regularidade estabelecidos pelo edital.

Candidatos que atendam aos requisitos socioeconômicos: Embora o programa seja aberto a todos os formandos, há uma atenção especial aos estudantes que se encontram em situação de vulnerabilidade financeira, priorizando aqueles que mais necessitam do apoio.

Critérios adicionais de inscrição: Os interessados devem apresentar documentação que comprove a conclusão do ensino médio no ano corrente e, em alguns casos, cumprir outras exigências administrativas para formalizar o acesso ao benefício.

Como funciona a inscrição?

As inscrições para o “Pé de Meia” foram abertas a partir de hoje e seguem um calendário que promete ser rápido e inclusivo. Os formandos poderão se inscrever por meio de um portal oficial do programa, onde deverão preencher um formulário e anexar a documentação necessária.

O prazo para inscrições e a divulgação dos resultados serão amplamente divulgados pelas escolas e pelos canais oficiais do programa.

Expectativas e Impactos

Especialistas em políticas públicas apontam que iniciativas como o “Pé de Meia” podem desempenhar um papel fundamental na diminuição das desigualdades e no estímulo à educação e ao empreendedorismo entre os jovens. Ao proporcionar uma ajuda inicial, o programa incentiva a formação de um “pequeno colchão financeiro” que pode, futuramente, ser ampliado com outros investimentos e políticas de apoio.

Familiares e estudantes manifestaram entusiasmo com o lançamento, esperando que o benefício represente uma porta de entrada para oportunidades que muitas vezes parecem distantes no cenário atual.

Conclusão

O lançamento do “Pé de Meia” marca um passo importante no apoio aos formandos do ensino médio de 2024, abrindo novas possibilidades para jovens que buscam estabilidade e crescimento em um momento crucial de suas vidas. Com critérios bem definidos e foco na inclusão, o programa promete ser uma ferramenta valiosa para incentivar a autonomia e a realização pessoal dos novos adultos.



Câmara Municipal de Marinópolis

CNPJ: 51.845.360/0001-25

INDICAÇÃO n°08 de 18 de fevereiro de 2025.

Maria Rosemeire Rosas Bianchini de Oliveira vereadora da Câmara Municipal de Marinópolis, Estado de São Paulo, no exercício de suas atribuições legais,

I N D I C A, ao Exmo. Senhor Prefeito Municipal, através da douta Mesa deste Poder Legislativo:-

Que proceda a poda de árvores e melhore a iluminação pública na Rua Sete de Setembro.

JUSTIFICATIVA

Moradores reclamaram que as árvores da referida rua estão com os galhos muito altos e cheios, tornando o local escuro, principalmente no período noturno, servindo de esconderijo de pessoas maliciosas. Solicito com “urgência”, por se tratar da rua que dá acesso ao cemitério e por ser bem movimentada em dias de velório. Não só as árvores mas também a melhoria da iluminação é necessária, colocação de mais postes, troca de lâmpadas por lâmpadas de LED esse reforço na iluminação se faz necessária para manter uma maior segurança e qualidade de vida para a população.

Assim, certo de que, dada à operosidade, proficuidade e sensibilidade que norteiam o ilustre chefe do Poder Executivo de Marinópolis, as reivindicações sugeridas, em breve lapso de tempo transformar-se-á em efetiva realidade.

“Sala das Sessões Osvaldo Rossetti”, 18 de fevereiro de 2025.

Maria Rosemeire Rosas Bianchini
Vereadora